

**(RE)PENSANDO (CON)TEXTOS ATRAVÉS DE DIÁLOGOS  
FEMINISTAS COM CRIANÇAS NA BIBLIOTECA POPULAR DO  
COQUE (RECIFE-PE)**

**Priscylla Karollyne Gomes DIAS<sup>1</sup>**

**Suzana Pereira TEMUDO<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Este artigo é decorrente de uma experiência de mediação de leitura de um livro infanto-juvenil no âmbito de um projeto extensionista coordenado pelo Grupo XXX. Nosso objetivo é refletir sobre os sentidos que as crianças criaram em torno do papel político da mulher. Para tanto, mobilizamos a discussão teórica sobre os aspectos de práticas educativas perpassadas por perspectivas decoloniais, sugerindo o texto literário enquanto potência de criação para ressignificação de contextos sociais e culturais nos quais as crianças vivem. Apontamos para a compreensão de que o encontro que o texto literário promove com o seu destinatário condiz com as nossas percepções em torno de quem é o sujeito da relação literária. Nesse caso, as crianças. Essas pertencem a uma dada realidade e ressignificam seus sentidos de mundo quando compartilham de experiências frente aos sentidos que o livro provoca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diálogos feministas. Biblioteca Popular do Coque, Livro infanto-juvenil, Feminismo interseccional e decolonial.

**ABSTRACT:** This article is the result of a reading mediation experience of a children's book created by us as part of an extension project coordinated by the Group XXX. The purpose of the article is to reflect on the senses that children have created around the political role of women. In order to do so, we mobilize the theoretical discussion about the aspects of educational practices permeated by decolonial perspectives, suggesting the literary text as a creative power for the re-signification of the social and cultural contexts in which the children live. The considerations of this work point to the understanding that the encounter that the literary text promotes with its recipient, is consistent with our perceptions about who is the subject of the literary relationship. In that specific case, children. Children who belong to a given reality re-signify their sense of world when in the context of the elaboration of sharing experiences before the senses that the book "The Letter of Glory", created by us, provokes.

**KEYWORDS:** Feminist dialogues. Popular Library of Coke. Children's book. Intersectional and decolonial feminism.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa "Discurso, Subjetividade e Educação/UFPE" (2018-2019) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Foucault e Educação – GEPFE/UFPE "Reverberações e Ensaios de Pensamento" (2016-2019).

## Introdução

Nos últimos anos cresce de maneira considerável o número de pesquisadores/as de diversas áreas do conhecimento, inseridos/as no debate em torno das teorias pós-coloniais e decoloniais. O aumento do interesse pelo tema se justifica pela ordem do conflito na qual mergulha a sociedade contemporânea, tornando impossível negar, ou até mesmo relativizar, a discriminação, a marginalização, e a exclusão que o discurso colonial historicamente tem produzido sobre as populações negra, indígena, quilombola, camponesa, dentre outras. O discurso colonial açoita de forma violenta o cotidiano social.

Os processos de exclusão social nos quais os grupos pertencentes a tais populações estão submetidos se constituem não apenas enquanto problemas de caráter ético e político, mas implicam problemas que se relacionam com o campo da educação, perpassando práticas, sejam elas atuantes em instituições escolares, ou não. As práticas educativas estão presentes no âmbito do cotidiano, já que a educação não se faz apenas em ambientes escolares institucionalizados (BRANDÃO, 2007; LIBÂNEO, 2005), mas promovem a insurgência de sentidos que também educam, formam, constituem subjetividades em alicerce com significados mobilizados enquanto reconfiguração da realidade.

É no contexto da realidade, identitários, que as práticas de colonialidade podem ser fortalecidas, ou não. Os discursos, agenciados por tais práticas, rejeitam ou possibilitam racionalidades criativas no contexto de elaboração simbólica. As teorias pós-coloniais e decoloniais tentam fraturar os discursos hegemônicos, considerados “universais” e “verdadeiros”, atuantes ao longo da história na produção de hierarquias e de conhecimentos (MIGNOLO, 2014). Sendo assim, são criados os saberes ditos superiores, de sujeitos ditos superiores (branco, masculino, de religião cristã, urbano, heterossexual, por exemplo) e saberes ditos inferiores, de sujeitos ditos inferiores (negras, mulheres, camponesas, por exemplo).

Lugares e espaços são criados em orientação de racionalidades territorializadas que se legitimam ao mesmo tempo em que são, também, legitimadas por relações sociais desiguais, constituídas por práticas culturais assimétricas. As relações sociais, perpassadas por práticas educativas, criam currículos. E é no currículo institucionalizado que a colonialidade se mantém viva, atuando na tentativa de

---

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas Michel Foucault e Educação: Reverberações e Ensaio de Pensamento.

subalternização e de controle de corpos, validando caracteres e perpetuando a hierarquização entre lugares, sujeitos e saberes sociais e culturais (SILVA, 2015).

Considerando que foi o europeu que construiu a figura do outro – entendido como bárbaro, selvagem, não-civilizado, primitivo, inumano – é possível ver a materialização dessa relação colonizada nas práticas de identificação que emergem das configurações sociais e culturais. Tais configurações atuam na promoção de uma composição curricular, tanto escolarizada, em decorrência de práticas educacionais, quanto não escolarizada, admitindo sentidos discursivos no contexto das relações sociais. Desta forma, não consideramos a inclusão do “índio permitido” e do “negro permitido”, institucionalizados pelo Estado, em que se legitima uma dita maneira correta de decolonização, como um favorecimento das políticas de combate racista e de desigualdade social, por exemplo. Pelo contrário.

Em um gesto de reflexão com Foucault (2014), acreditamos que é necessário ressaltar a importância das políticas públicas na tentativa da promoção de outro tipo de prática social e cultural, tendo como ponto central de reflexão o seguinte questionamento: o Estado que promove o índio permitido, o negro permitido, os quilombolas permitidos, é o mesmo Estado que também permite que esses sujeitos sofram violências em processos de desumanização, de rejeição e de eliminação.

É nesta reflexão que temos por objetivo apresentar os sentidos criados por crianças durante uma experiência de mediação de leitura com um livro infantojuvenil produzido por nós. Tais sentidos estão situados com a proposta de pensar como as crianças significam politicamente o papel das mulheres, considerando a emergência de narrativas significantes e significadas no contexto de atuação e de vivência das mulheres periféricas. Para tanto, mobilizamos, enquanto arcabouço conceitual e teórico, as contribuições do feminismo de abordagem interseccional e decolonial (LUGONES, 2014).

A relevância desse trabalho condiz com a proposta de abertura da produção literária infantojuvenil para os diálogos feministas como uma forma de fomentar a escrita e a narrativa das histórias de mulheres, cujo papel político se constitui no âmbito das configurações sociais e culturais que perpassam as relações desiguais de gênero (ANZALDÚA, 2000). De igual maneira, perceber como as crianças constituem sentidos em torno da leitura de um livro produzido na perspectiva feminista interseccional e decolonial ressalta a urgência de debater temas caros às relações sociais desiguais de

gênero que se manifestam no dia a dia das relações cotidianas e que precisam ser problematizadas.

### **Diálogos feministas e as práticas educativas**

A pergunta feita por Spivak (2010) em torno de perceber se o subalterno poderia falar torna possível configurar engendramentos de uma prática discursiva que tem por objetivo o tom de transformação social enquanto potência do ato educativo e criativo. No âmbito da experiência que vivenciamos com a elaboração de um livro infantojuvenil, essa prática discursiva se configura com o que estamos chamando de “diálogos feministas”.

Os diálogos feministas é uma expressão composta por nossa compreensão a partir das contribuições de Gloria Anzaldúa (2000; 2009) sobre a importância e a necessidade de mulheres escreverem sobre si enquanto superação de obstáculos impostos no contexto cultural e social que envolvem as suas existências, tais como a exacerbção de uma sexualidade heteronormativa em detrimento de uma opção sexual não heteronormativa, e a imposição de condições precárias da jornada de trabalho que não permite mulheres pobres, periféricas, escreverem sobre as suas próprias histórias (ANZALDÚA, 2000).

Para nós, o papel político da mulher emerge enquanto escrita de si, como uma forma de mobilizar os sentidos sobre o mundo que habita, e de experienciar coletivamente o exercício de aproximação entre leitura e escrita. O papel político da mulher também se reverbera no compartilhar de suas narrativas como forma de promover novas configurações de sentido em torno de quem são as mulheres que, muitas vezes, um feminismo específico as tornam invisíveis (ANZALDÚA, 2000). Mulheres chicanas, asiáticas, lésbicas, negras, periféricas, sul-americanas... Como significar discursivamente essas mulheres? Como mobilizar contextos de identificações para com os roteiros das suas vidas?

Entendemos que os diálogos feministas não pautam a homogeneidade que tece o fio discursivo dos sentidos sobre vivências de mulheres, mas sim que conformam diferentes produções de si, enquanto articulação de composição identitária, contextualizada sócio-cultural-historicamente em admissão a um contexto de multiplicidade, diferenciação e articulações possíveis. Tais sentidos, para nós, são possíveis com a constituição e compartilhamento da literatura enquanto potência que possibilita o “vir a ser mais” na realidade em que se vive (PETIT, 2009).

### **A aposta da criação de um livro literário infanto-juvenil situado na perspectiva decolonial e interseccional**

O término da Segunda Guerra Mundial, na metade do século XX, suscitou o fim do imperialismo europeu e territorializante sobre os continentes asiático e africano. Começava a decolonização do chamado “terceiro mundo”. Com a diluição das fronteiras geográficas e territoriais, um novo mundo emerge, trazendo com ele demandas sociais, até então desconhecidas, de grupos subalternizados que migravam das “periferias” do mundo para o centro do poder.

Para que as vozes e os rostos desses grupos pudessem vir a surgir dos escombros do colonialismo, era necessário romper com o conceito de história única, adotado e disseminado pelo colonizador por uma narrativa hegemônica, e reescrevê-la a partir das perspectivas daqueles sujeitos que vivenciaram durante séculos os processos mais violentos de exclusão.

Na emergência de explicar esse novo mundo surge o pós-colonialismo, uma perspectiva teórico-crítica voltada para a análise dos fenômenos de continuidade/descontinuidade que começavam a emergir, bem como delinear o novo cenário mundial após a “libertação” e “emancipação” das antigas colônias territoriais. A teoria pós-colonial recusa todo tipo de generalizações e de essencialismos, buscando desconstruir e questionar o universalismo europeu e seus discursos hegemônicos, que serviram para classificar populações ao redor do mundo, em uma tentativa de impor uma única racionalidade enquanto legítima e produtora de conhecimentos válidos para a humanidade.

A proposta de criação de um livro literário infanto-juvenil faz parte do projeto de extensão “Diálogos feministas, interseccionais e decoloniais com a literatura infanto-juvenil” do Grupo XXX, e tem dentre as suas finalidades a criação de um material que possa ser utilizado por formadores populares no contexto de bibliotecas comunitárias, em que a nossa participação foi de caráter voluntário.

A utilização do nosso livro, titulado por “A Carta de Gloria”, nas rodas de mediação de leitura foi realizada na Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE). A mediação de leitura foi realizada pelo mediador de leitura da biblioteca, sendo a nossa participação enquanto forma de dialogar com as crianças, bem como de identificar possíveis ajustes na reelaboração da narrativa e da composição do livro, a fim introduzir para esse público infantil uma literatura que promova a percepção do papel político da

mulher e como formar de refletir as relações de poder que perpassam as questões de gênero na contemporaneidade. Participaram dessa experiência com o livro crianças com faixa etária entre 8 e 10 anos de idade.

A matriz colonial de poder atua no conhecimento e nas subjetividades (MIGNOLO, 2014). Sendo assim, é necessário tornar possível a emergência de outros sujeitos e suas múltiplas epistemes. É preciso suscitar o jogo da decolonialidade em marcha (MIGNOLO, 2005). Desta forma, na perspectiva de feminismo interseccional, na qual nos situamos, entendemos que as categorias de raça e de gênero são entrelaçadas indissolivelmente (LUGONES, 2014).

Se Spivak (2010) afirma que a mulher subalterna está localizada em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero, e conclui que “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p.14-15), pensamos que a produção de um livro literário infanto-juvenil que apreenda aspectos do debate em torno das relações desiguais de gênero consegue mobilizar significados já institucionalizados e cristalizados no âmbito das relações sociais que, por sua vez, configuram relações de poder.

### **O que disseram as crianças na mediação de leitura com o livro?**

Antes, durante e após a leitura do livro, tanto o mediador de leitura da Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE), quanto nós, autoras do livro, abordamos alguns aspectos relacionados à vida de Gloria Anzaldúa (1942-2004). Desta forma, o livro que titulamos por “A Carta de Gloria” assume o caráter de inspiração biográfica de Gloria Anzaldúa, que assumia identidade lésbica, feminista, chicana, mestiça, e fronteiriça... e deixava rastros dessa identidade não somente no contexto social e político que vivenciou, no âmbito de suas experiências pessoais, como também na sua escrita híbrida, mesclando a linguagem escrita entre o espanhol e o inglês.

A narrativa e a edição de “A Carta de Gloria” foram elaboradas por nós, autoras do presente trabalho, em inspiração ao ensaio teórico de Anzaldúa (2000), publicado no Brasil em formato de artigo sob o título *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. O livro contextualiza uma situação de aula em que a personagem-professora, de nome Cláudia, conversa com a personagem-estudante Ana a respeito da temática da presente aula.

No livro “A Carta de Gloria” sugerimos uma narrativa que apresenta o significado de “ser feminista” relacionado com a defesa de que mulheres possam ser felizes, trabalhar, estudar, ter rosto e voz, e que precisam também estarem na história, dizendo como vivem, o que desejam... ter os seus direitos sociais garantidos. Essa defesa emerge através da fala da personagem-estudante Ana, em interação com a personagem-professora Cláudia.

Em decorrência ao fragmento descrito acima, há o diálogo entre a personagem-estudante (Ana) e a personagem-professora (Cláudia) sobre quem foi Gloria Anzaldúa, escritora feminista. Nesse momento da narrativa, o mediador de leitura da Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE) realiza uma pausa para perguntar às crianças se elas sabem o que significa “ser feminista”. As crianças comentam<sup>3</sup>: “são mulheres que lutam contra os homens porque os homens querem matar elas” (CAROL, 9 anos<sup>4</sup>); “mas as mulheres não podem lutar contra os homens, porque eles são fortes...” (THIAGO, 10 anos); “... pode sim, porque elas são fortes também e os homens querem matar elas, e não podem...” (MARIA, 10 anos).

O mediador da Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE) questiona se as crianças conhecem alguma mulher forte em suas famílias, e elas respondem: “sim... minha madrinha...” (THIAGO, 10 anos); “eu conheço... minha mãe” (PAULA, 10 anos); “minha mãe também” (CAROL, 9 anos). E quando questionadas de por que elas, as crianças, acreditam que tais mulheres são fortes, e as crianças significam: “porque minha mãe acorda cedo todos os dias, vai trabalhar... e chega muito cansada de noite... passa o dia todo fora...” (PAULA, 10 anos); “...minha mãe também...” (CAROL, 9 anos); “...a minha... passa o dia todo fora...” (THIAGO, 10 anos).

De acordo com Petit (2009), as relações de leitura com a vida social e cultural podem se constituir como experiências educativas em gesto de reflexão sobre a própria vida, suscitando a elaboração de sentidos. Entendemos que os encontros possibilitados com a leitura de um texto literário mobilizam sentidos sobre quem somos e quem poderíamos ser, apresentando possibilidades de escrita sobre nós mesmas e sobre os outros, *as outras*, capacitando as nossas visões de mundo.

Spivak (2010) possibilita que identifiquemos o sujeito colonizado enquanto aquele indivíduo que vivencia processos de exclusão. Entretanto, a autora admite que “o intelectual pode trabalhar contra a subalternidade, criando espaços nos quais o

---

<sup>3</sup> Os fragmentos das falas das crianças foram transcritos com base nas suas pronúncias de oralidade.

<sup>4</sup> Os nomes das crianças mencionados nesse texto são fictícios.

subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido” (SPIVAK, 2010, p. 14). Essa compreensão da autora se coaduna com a nossa reflexão em torno da elaboração do livro infanto-juvenil “A Carta de Gloria”.

Na recepção de um texto literário, os sujeitos destinatários, nesse caso, as crianças, elaboram sentidos vinculados às suas visões de mundo e às suas condições de (des)pertencimentos da realidade, pois é próprio do texto literário mobilizar sentidos de interlocução entre sujeitos de uma dada estrutura da realidade e sujeitos ficcionais, constituídos pela própria linguagem literária (PAULINO; WALTY, 2005).

Spivak (2010) questiona a impossibilidade do subalterno falar, apontando seu silenciamento nas narrativas históricas hegemônicas. O subalterno não pode falar porque não se encontra em posição discursiva (*locus* de enunciação) que lhe garanta o direito à fala. A autora também faz uma crítica ao papel dos intelectuais, afirmando que esses também não podem falar pelo subalterno. Neste sentido, refletindo com Foucault (2017), consideramos que a teoria é como uma prática de luta pelo poder, não uma luta regional, mas uma luta de poder pelo próprio poder.

Reiteramos que é preciso potencializar espaços para que se possam materializar sentidos criativos e culturais que têm por objetivo ressignificar contextos e práticas que encontram na composição hegemônica de discursos violentos, a tentativa de silenciamento, desagrada enquanto mantimento de soluções pouco eficazes no contexto de erradicação das desigualdades de gênero. Na sociedade contemporânea, em que as experiências estão sendo cada vez engendradas em uma formação discursiva pautada como movimento de integração de diferentes práticas educativas, pensar uma (re)configuração de discursos e de sentidos sobre o debate do que é “ser feminista”, do que é “ser uma mulher feminista”, implica na necessidade de entender o agenciamento decolonial como um catalisador de enfrentamentos e de combate em torno da promoção de tentativas que tenham por objetivo romper com uma hegemonia instaurada discursivamente na teia social.

O encontro que o texto literário promove entre autoras (nós) e leitoras (crianças) no âmbito dos diálogos feministas condiz com as nossas percepções sobre o fato de que as crianças que participaram da mediação de leitura com o livro “A Carta de Gloria” pertencem a uma dada realidade social que as possibilitam ressignificar os aspectos temáticos do livro. Destarte, esse gesto de ressignificação das crianças condiz com as relações de gênero, que, em suas visões, se constituem enquanto desiguais devido ao elemento da “força” física. As mulheres são fracas, ou fortes, e por isso não podem, ou



podem, se defender das investidas agressivas de seu companheiro, em uma relação amorosa, por exemplo.

Os diálogos das crianças continuam a partir daí quando, em compartilhamento de experiências sobre o termo “força”, localizam aspectos da vivência e da prática social do cotidiano das mulheres de sua própria família. Neste sentido, as mulheres fortes não mais seriam as mulheres que somente tivessem força física, e que poderiam se defender das investidas agressivas de seu parceiro no relacionamento que quer “matar elas” (CAROL, 9 anos), mas sim mulheres que trabalham o dia todo fora de casa, que sustentam financeiramente a casa, muitas vezes sozinhas.

### **O que reverbera a mediação de leitura? notas (in)conclusivas**

A introdução de uma literatura que aborde as relações desiguais de gênero se torna o próprio instrumento político na medida em que possibilita a abertura do contato das crianças com outros mundos. Mundos que as provocam sair dos lugares comuns que ocupam, e as convidam para o conhecimento de diferentes narrativas, possibilitando um gesto de rompimento com relações de gênero desiguais. Eclodir com os paradigmas pré-estabelecidos, homogêneos, da produção literária, implica em promover mudanças nas formas de se relacionar com um texto literário voltado para esse público específico que são as crianças.

No caso de nosso trabalho, os diálogos com as crianças sobre as relações de gênero se constituem no âmbito da leitura com o livro, com os processos culturalmente significados através de enunciações que o texto literário possibilita estabelecer, mas também no contexto de suas vidas e de suas realidades habitadas na infância desde cedo e que são atravessadas por condições de relações de poder.

Os sentidos em torno do papel político das mulheres nas relações de gênero foram criados pelas crianças através de um diálogo que se inicia com o significado da compreensão sobre quem é feminista, o que é “ser uma mulher feminista”, perpassando um gesto de leitura literária em termos de (re)conhecimento das mulheres presentes em suas próprias realidades. Esse movimento surgiu durante a provocação do mediador de leitura da Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE) em torno do que as crianças pensam e sabem quem são as feministas.

As mulheres feministas foram prontamente reconhecidas pelas crianças como aquelas que fazem parte de seus cotidianos. Não somente a heroína do filme hollywoodiano, ou a moça da televisão que aparece segurando o cartaz em ato de

manifestação de rua. Mas também a mãe, a madrinha, a tia, mulheres que passam o dia todo fora de casa, mulheres que trabalham para sustentar financeiramente o lar. O papel político das mulheres se constitui através da identificação de mulheres fortes. Mulheres feministas fortes.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em 4 mar. 2019

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 39, 2009, p. 303-318. Disponível em [www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/39/traducao.pdf](http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/39/traducao.pdf). Acesso em 4 mar. 2019

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007 - (Coleção primeiros passos)

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Petrópolis, Editora Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, pra quê?** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 71-103.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais - Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PAULINO, Graça.; WALTY, Ivete. Leitura literária – enunciação e encenação. In: MARI, H.; WALTY, I.; VERSIANI, Z. **Ensaio sobre leitura**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005, p. 138-154.

PETIT, Michele. **A arte de ler** – ou como resistir à adversidade. Tradução de Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2009.

SILVA, Janssen Felipe da. Sentidos de avaliação da educação e no ensino e no currículo na educação básica através dos estudos pós-coloniais latinoamericanos. Revista ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.8, n.1, p.49-64, Janeiro a Abril de 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em: 06 jul. 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ARTIGO RECEBIDO EM 29/05/2019

ARTIGO ACEITO EM 18/09/2019